

As artes no ensino superior: entre a razão e a paixão

ALMEIDA, Célia Maria de Castro. *Ser artista, ser professor: razões e paixões do ofício*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. 168p.

*Cármem Lúcia Rodrigues Arruda**

A formação do artista, diferentemente do que dita o senso comum, depende de um longo processo de formação, que se estende por toda sua vida profissional. Na maioria dos casos, acontece em cursos não formais de teatro, dança, artes plásticas e em conservatórios musicais.

No que tange à vida profissional, o artista tem que trabalhar para garantir seu sustento, mas, em grande parte dos casos, a produção artística é vivenciada como forma paralela de trabalho e não como meio principal de ganho. O artista vive majoritariamente de cachês, *freelancings*, trabalhos por projeto, sem qualquer vínculo estável que lhe garanta a subsistência. Poucos são os artistas que conseguem vencer as barreiras do mercado de trabalho e viver exclusivamente de sua arte¹.

Traçando um paralelo entre formação e trabalho, a docência universitária em artes aparece hoje, no Brasil, como uma das possibilidades de emprego estável de trabalho para o artista. No entanto, como fazer e ensinar arte numa instituição burocrática, repleta de normas e de critérios de avaliação, como é o caso das instituições universitárias, sejam elas públicas ou privadas?

As contradições e os conflitos inerentes ao trabalho do artista plástico como professor do ensino superior no Brasil são o objeto da discussão que Célia Maria de Castro Almeida realiza no livro *Ser artista, ser professor: razões e paixões do ofício*, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1992, na Faculdade de Educação da Unicamp, sob orientação de Milton José de Almeida – autor do prefácio do livro. A autora, que na ocasião da pesquisa era professora do curso de Licenciatura em Educação Artística da Unicamp, realizou entrevistas com artistas plásticos, todos professores de diferentes instituições universitárias – públicas e privadas – e focalizou múltiplos aspectos, tanto da arte como do ensino, entrelaçando-os por meio da experiência relatada pelos artistas-professores.

* Doutoranda do Programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural (Gepedisc), Unicamp, Campinas, SP, Brasil. malu@unicamp.br

1. Para aprofundamento dessas questões, ver Freidson (1994) e Menger (2005).

Em seu texto, Célia Almeida utiliza a metáfora da preparação de um tecido, partindo da urdidura dos fios, passando pela trama e chegando ao arremate, finalizando assim o seu “tapete”. Essa é, inclusive, a linha divisória entre os capítulos do livro, em que são analisados o trabalho do professor de arte, o ensino da arte – tanto do ponto de vista de quem ensina como do aluno que busca o curso –, o conteúdo curricular, as disciplinas, o ensino da técnica, a noção de liberdade e os mitos em torno do artista.

Ao acompanhar essa trama, somos levados à reflexão sobre os diferentes aspectos que se entrelaçam nas vidas desses artistas-professores que, por meio de suas falas, descortinam os encontros e os desencontros entre as duas profissões que, na docência universitária em artes, se combinam.

A pesquisa que deu origem ao texto, realizada em 1991, é carregada de atualidade, mesmo vinte anos depois, especialmente neste momento em que o ensino de música se torna obrigatório nos níveis fundamental e médio, no Brasil, para cumprimento da Lei n. 11.769/2008 (Brasil, 2008).

É importante retomar a perspectiva histórica dessa questão: em 1971, no País, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de artes na educação básica, mas a chamada reforma do ensino superior brasileiro, realizada em 1968 por meio da Lei 5.540 (Brasil, 1968), havia imposto restrições à habilitação de estudantes formados em conservatórios para o exercício da docência em música. A universidade tornou-se, assim, o acesso institucional à formação do artista com vistas à carreira docente. Em 1996, a legislação aprofundou ainda mais esse processo, obrigando a presença, no ensino básico, das diferentes linguagens artísticas: artes visuais, teatro e dança, além da música (Strazzacappa; Morandi, 2006). Diz a Lei n. 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases) (Brasil, 1996): “Art.26, §2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Como consequência, o número de matrículas em cursos superiores de dança e de música praticamente duplicou no período de 1991 a 1999, sendo a maioria na universidade pública (Segnini, 2007).

O crescimento de matrículas em cursos voltados à área artística continuou ocorrendo nos anos subsequentes, como pode ser observado, por exemplo, nos cursos de formação de professores em música: em 2001 foram 1.003 matrículas nos cursos superiores, enquanto em 2009 esse número chegou a 5.472, aumentando em mais de 500% a procura por essa formação, segundo dados do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

Consequência da exigência de título de pós-graduação para contratação de professores nas universidades, a pós-graduação em Artes, que teve início no País em 1974, chegou a 1996 com 11 programas em funcionamento, sendo 2 de dou-

torado. Em 2009, eram 37 os programas, 16 deles incluindo, além do mestrado, o doutorado. Quanto ao corpo discente, em 1996 eram 459 mestrandos e 59 doutorandos, passando em 2008 para 1.167 mestrandos (aumento de 254%) e 573 doutorandos (aumento de 971%) (Capes, 2009).

Compondo o seu tecido em *Ser artista, ser professor*, a autora inicia o livro com “A urdidura: escolha dos fios, início da tecelagem”, onde explica as motivações de sua pesquisa: “compreender como deve ser o ensino de arte; que quadro de referências fundamenta esse conhecimento e quais visões de mundo explicam as rupturas na forma de pensar e fazer o ensino de arte” (Almeida, 2010, p. 20). Para isso, parte da tentativa de “desmistificar a arte e seu ensino”, buscando entender, por meio da prática do ensino artístico, como se faz e se ensina arte em cursos superiores. Escolhe o caminho das entrevistas e as realiza com 27 professores de artes plásticas do ensino superior, especialmente de escolas do eixo Campinas – São Paulo, onde, em 1991, ano de realização da pesquisa, “estava o maior número de escolas superiores com cursos de Artes Visuais” (Almeida, 2010, p. 29).

Trechos das falas dos professores ouvidos recheiam o texto do livro, acompanhados das análises da autora sobre cada um dos eixos tratados:

ser artista, ser professor – os motivos que levam um artista a ser professor, o gostar e o não gostar de ser professor, as relações entre criar e ensinar –; *o artista na instituição* – os prós e os contras de ser professor de arte numa instituição, a pesquisa em arte, a carreira acadêmica e a avaliação da produtividade do artista –; *o ensino de arte* – concepções e procedimentos referentes ao ensino de arte (Almeida, 2010, p.36, grifos da autora).

Em “A trama: o trabalho do artista na instituição”, a autora delinea a relação entre o artista e a instituição universitária – do ponto de vista do desenvolvimento de seu trabalho, de sua carreira, das perspectivas –, passando pela relação professor-estudante e adentrando a discussão sobre os métodos para o ensino da arte e o aprendizado do aluno.

Em todo o texto, a autora se coloca na primeira pessoa, como observadora dos entrevistados, que desfilam seus pensamentos e opiniões, e como comentadora das múltiplas noções que se apresentam. Todo o tempo, levanta questões e dúvidas acerca de suas crenças anteriores à realização da pesquisa, checando-as com as opiniões apresentadas. Ao final, deixa claro que não pretende chegar a conclusões definitivas e muito menos encerrar o tema com uma única posição. Antes, pretende apresentar alguns dos modos possíveis para interpretar todo o rico material obtido por meio das entrevistas.

Na parte final – “O tapete: arrematando os fios” –, diz que “a arte engloba um lado poético, criativo, peculiar a cada um, portanto, não ensinável; e um fazer prático, objetivo, que pode e deve ser ensinado.” (Almeida, 2010, p. 144). Conclui que a instituição universitária não é contraditória à criação artística, cujo criador, se não estiver vinculado a esse trabalho, terá que submeter-se a um mercado que também dita suas regras e suas exigências. O trabalho docente, ao contrário, é um trabalho de livre criação, sempre que se colocam frente a frente apenas o professor e o aluno.

A autora também mostra que o trabalho artístico não representa esse mito – embutido no imaginário de grande parte da sociedade – de que basta ter a vocação para que a obra artística se realize. Afirma que, como em qualquer tipo de profissão, é preciso muito trabalho para se realizar: “sem ‘trabalho duro’, dizem os entrevistados, de nada valem idéias criativas.” (Almeida, 2010, p. 146).

Ser professor é sempre decorrência do fazer artístico, e não o inverso. No entanto, embora a escolha da profissão de educador seja uma opção inicialmente impulsionada pela busca do sustento material, o contato direto com os estudantes provoca a realimentação do fazer artístico, fazendo que a motivação inicial da escolha seja esquecida no prazer de ensinar: “no fundo, é uma questão de razão e paixão” (Almeida, 2010, p.152).

Referências bibliográficas

BRASIL. *Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais* – Inep. Brasília-DF: Inep, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diretoria de Avaliação (DAV). *Documento de Área 2009: Área de Avaliação: Artes/Música, 2009*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ARTES_31mar10.pdf>. Acesso em: 18 set. 2010.

BRASIL. *Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília-DF, 1968.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. *Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília-DF, 2008.

FREIDSON, E. Pourquoi l’art ne peut pas être une profession (*Why art cannot be a profession*). In: MENGER, P.-M.; PASSERON, J.-C. (Ed.). *L’art de la recherche, essais en l’honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994.

MENGER, P-M. *Retrato do artista enquanto trabalhador*. Metamorfoses do capitalismo. Lisboa, Portugal: Roma Editora, 2005.

SEGNINI, L. R. P. *Trabalho e formação profissional no campo da cultura: professores, músicos e bailarinos*. IV Relatório anual do Projeto temático Fapesp “Trabalho e formação profissional no campo da cultura: professores, músicos e bailarinos” – agosto de 2006 a dezembro de 2007. 2007.

STRAZZACAPPA, M.; MORANDI, C. *Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança*. Campinas, SP: Papirus, 2006. Coleção Ágere.